

DEPÓSITO LEGAL
J. MAI 1977

Órgão Central do Movimento de Esquerda Socialista

Poder Popular



Director: Eduardo Graça

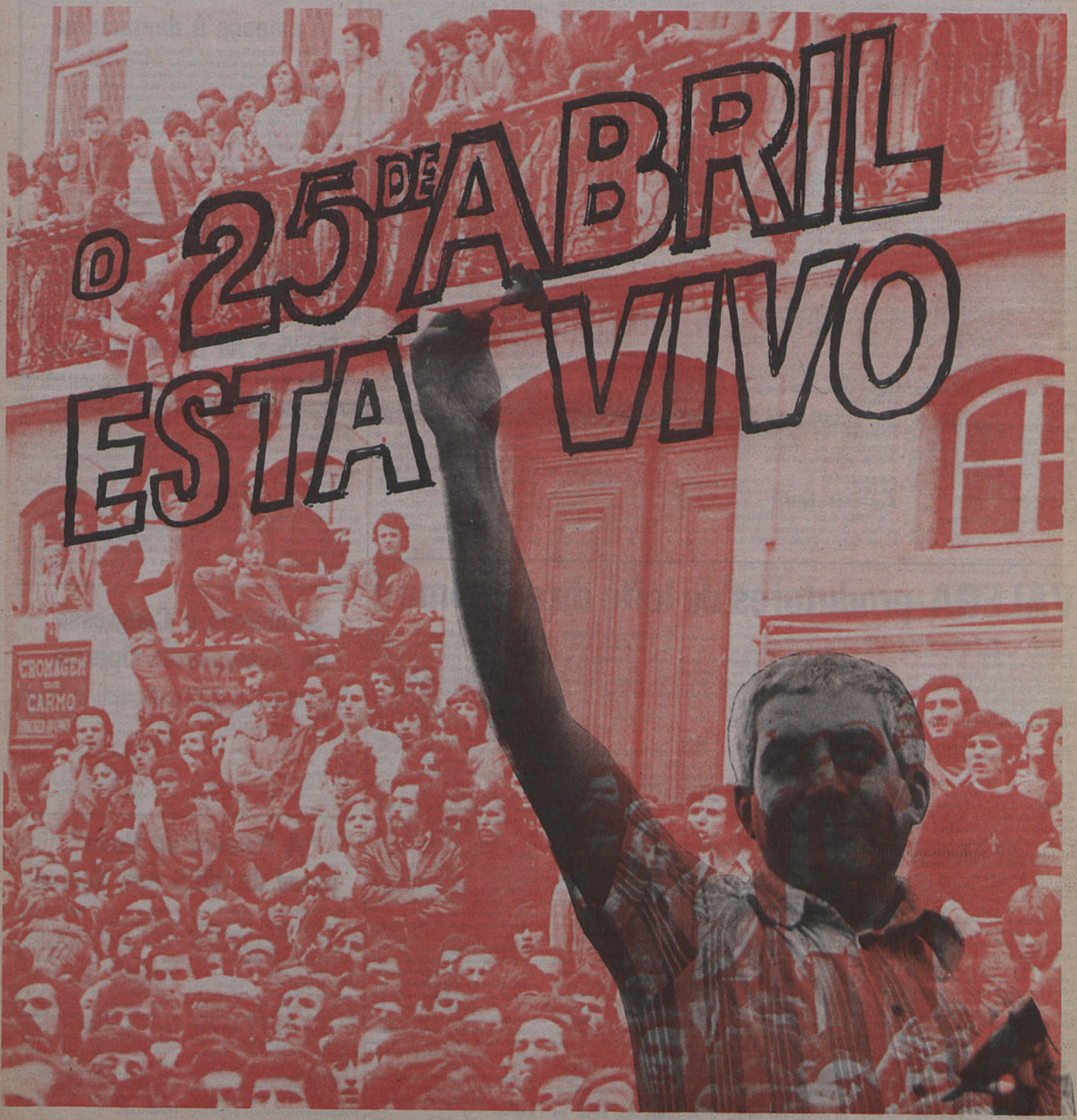
Ano II N.º 58 ABRIL DE 1977

Preço 5\$00

861

A COMISSÃO ORGANIZADORA DAS COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL divulga um Manifesto em que se apela a uma ampla mobilização popular no 25 de Abril e apresenta um programa das realizações que se propõe levar a cabo em Lisboa. O «25 de Abril está vivo», recorda a Comissão que anuncia uma importante concentração no Largo Camões ao Chiado no dia 24 de Abril às 21 horas, seguindo-se um cortejo evocativo do derrube do fascismo, em que estarão militares do 25 de Abril.

O MES salienta a importância desta jornada de luta pela liberdade e pela Independência Nacional que o 25 de Abril simboliza, e apela a todos os membros do partido, a todos os revolucionários e antifascistas para que se empenhem nestas comemorações populares do 25 de Abril. De igual modo, por todo o país desenvolvem-se acções unitárias que visam imprimir o cunho popular de unidade e luta à data gloriosa da queda do fascismo.



MOVIMENTO ESTUDANTIL

Uma força na luta anti-fascista

O poderoso movimento estudantil e associativo, que já antes impusera pela força as liberdades de Informação e reunião no interior das Escolas, e principalmente na Universidade, não encontrou qualquer resistência após o derrube do fascismo. Os professores fascistas, os continuos-vigilantes (egorilas), o pessoal diverso do ramificado aparelho da PI-DE-DGS, abandonam os seus postos.

Uma nova ordem nas Escolas: estudantes e professores antifascistas celebram e praticam uma vida democrática. Quem decide são as Reuniões de Massas. O professor autoritário e a solenidade repressiva da aula cedem o seu lugar. O ensino obscurantista e a ideologia fascista são apeados.

O MES, compreendendo a clivagem que se ia operando, empreendeu uma prática política de aprofundamento da Gestão Democrática, de Ligação do Ensino à vida e da ligação das Escolas à luta dos trabalhadores.

TAMBÉM AS ESCOLAS: REVOLUÇÃO E NÃO REFORMAS

Em Portugal, todo o processo se caracterizou por serem as massas populares quem abriu as brechas do frágil acordo político expresso nos sucessivos Governos. E assim que para as Escolas, e após o vigor demonstrado por estudantes e professores progressistas, o MEC dá letra de lei à Gestão Democrática sem poder vigiar o seu cumprimento — que aliás não foi feito. De facto, outra coisa não poderia ser feita. Sem a colaboração das massas e das forças progressistas, as Escolas não funcionarão.

Mais do que uma Gestão assente em representantes estáveis, afastados das massas, assistimos a uma verdadeira democracia directa no interior das Escolas. A principal característica dessa Gestão nova consiste precisamente na abolição do autoritarismo do professor face ao estudante.

Esta conquista — a Gestão Democrática — é hoje ainda

a trave-mestra da luta estudantil. Mas a questão principal que, a pouco e pouco, foi tomando forma — era a questão da orientação nova a dar ao Ensino. Qual a sua função social. Para o nosso Partido, nenhuma solução reformadora poderia ser empreendida com êxito. Em particular na Universidade ou se revolucionarizava ou se ficaria presa nas forças de direita.

A POLÍTICA NAS AULAS E AS ESCOLAS NA REVOLUÇÃO

A nossa prática concreta pautou-se assim por um lema «Controlo Popular sobre as Escolas/ligação das escolas à luta dos trabalhadores».

Nas escolas de Ciências Sociais, por exemplo, lutámos por institucionalizar o estudo e a intervenção da realidade económica, social e política do País. Saudavelmente, a política penetrou a sala de aula. Foi nestas escolas que mais experiências se fizeram. Adaptou-se a Democracia no funcionamento à realidade do País.

Em Economia de Lisboa realizaram-se as experiências mais avançadas de toda a Universidade: além da transformação dos planos de curso, a avaliação de conhecimentos deixou de ser executada unicamente pelo professor. Os novos métodos (ensaiados durante um ano lectivo) vêm a estilar que quem avalia, quem dá as notas e quem dirige o estudo, é um colectivo de professores e estudantes a partir da Turma. Esse colectivo — o Comité de Turma — passa a ser o coração da escola.

A prática, as saídas ao exterior, as visitas de estudos consagram-se integradas na prática escolar.

Em Faculdades como Medicina de Coimbra brigadas de estudantes e professores lançaram-se ao trabalho com as populações carecidas.

DA FALENCIA DA UEC À OCISLAÇÃO DA UDP

A UEC entrou em falência política. O seu projecto de Reforma Geral e Democrática do

ensino esvaiu-se: não estava em causa uma reforma de ensino que, aliás os governos provisórios não teriam força para executar. Em alguns sítios esse slogan da UEC foi apropriado pela direita. Essa consigna, própria da burguesia democrática, entrava em contradição com o evoluir do processo revolucionário que acelerava a clivagem de classe. Vendendo-se desarmada, a UEC recorre ao gólpismo que lhe vale o repúdio generalizado por parte das massas estudantis.

A UDP, por seu turno, teve nessa fase uma actuação apagada. A sua oscilação e indefinição perante o evoluir do processo revolucionário limitava a sua acção e tolhia-lhe a iniciativa.

O 25 DE NOVEMBRO NAS ESCOLAS

A viragem operada no nosso país com o golpe reaccionário consagra também uma alteração significativa nas escolas. Nos liceus e também na universidade as forças da burguesia cativam eleitoralmente importantes sectores de estudantes. Forças como a JS e como a JSD melhoram significativamente a sua influência. Instala-se o refluxo. As forças revolucionárias, em unidade de acção com outras forças antifascistas, reagrupa na defesa do que foi conquistado.

A direita alveja a gestão democrática e tudo o que é progressista. Mas esse combate à democracia interna nas escolas, derruba da gestão democrática da ampla participação de base por parte das massas estudantis e dos professores nos planos de curso e no funcionamento diário não poderia ser só conduzido a partir das forças de direita e a contar com o seu apoio de massas na Universidade. Essas, apesar de progressos eleitorais, não conquistaram para a sua política uma sólida base de massas.

Se uma estreita convicção entre os partidos da direita e o poder de Estado poderia permitir desferir golpes violentos nas conquistas democráticas. Essa aliança está perniciosa em Cardia. Este movimento, desde o início da sua actividade

de governativa, no sentido de levar o 25 de novembro às escolas.

Saneando à esquerda, lança os professores na insegurança do desemprego e congemma um Complexo e burocrático decreto de gestão, cujo objectivo imediato é eliminar as Assembleias de Escola, retirando-lhes qualquer poder deliberativo. As reuniões de massa, o decreto oferece em alternativa um pseudo-parlamento de representação proporcional aos votos. É a luz verde para os partidos da direita se organizarem e se candidatarem com possibilidades de triunfo. Encerra várias escolas superiores e cria comissões «científicas» para restaurar os velhos planos de curso.

No ensino secundário, a sua política é mais escandalosa e reaccionária. Líquida o ensino unificado e a gestão democrática, saneia professores e conteúdos novos das disciplinas, pretende recuperar Camões contrapondo-o a Samora Machel. Restabelece as classificações numéricas de 0 a 20 e restaura o exame de aptidão nas velhas formas de selecção, classista. Os fascistas não lhe poupam elogios. Mas a situação actual no secundário, onde campeia a droga e o terror dos fascistas («centristas» e C.), espelha bem os resultados e os objectivos da sua política.

Se é certo que alastra o descontentamento em relação à política de Cardia, não podemos também ignorar certa desorientação e descrença numa alternativa democrática entre as massas estudantis. A crescente influência e aceitação de partidos burgueses reaccionários é sinal do perigo. Mas o caminho é, para os revolucionários, a luta pela unidade na base.

Recriar um trabalho alargado no âmbito associativo. Lançar forte intervenção cultural que capte e politize os anseios mais generosos da juventude. Combater o sectarismo e o isolamento da vida escolar, sitando ligar os estudantes à luta de todo o povo. Eis as tarefas fundamentais dos nossos dias de cuja plena realização depende sabermos dar continuidade à tradição antifascista do movimento dos estudantes portugueses.



Associação de ex-comandos é ameaça à democracia

Sob a presidência de Soares Carneiro, reúne em S. João da Madeira a Associação de ex-Comandos.

As afirmações que ai se fizeram — e de que toda a imprensa se fez eco — são extremamente graves e tresandam ao anticomunismo mais raivoso.

Ao mesmo tempo que se declaram apolíticos (como não podia deixar de ser!) os senhores da Associação declaram que o que é preciso é combater sem tréguas, os «inimigos da Pátria», que são os comunistas.

Finalmente — após se ter afirmado que não há ex-Comandos: são todos Comandos — Jaime Neves afirmaria que o objectivo da Associação é manter todos os ex-Comandos organizados e ligados ao Regimento de Comandos, para intervir, se necessário.

Ficámos, pois, a saber que Jaime Neves mantém uma rede de civis organizados e prontos a intervir em acções militares, sob seu comando, caso o considere necessário.

Isto está de acordo com as regras e funções do Exército? Uma coisa é certa: legal ou ilegal, isto representa uma séria ameaça para todos os progressistas. Estejamos atentos.

Prisões na BA 4 (Açores)

Soldados da BA4 insatisfeitos com as más refeições que lhes dão fizeram um abaixo-assinado exigindo refeições dignas de se poder comer.

Resultado: o primeiro do abaixo-assinado apanhou 10 dias de prisão, e os outros não foram esquisecidos.

Estas prisões foram feitas sobre a capa do RDM-Fascista — que é um «Regimento» feito no tempo de Salazar e que já não está em vigor desde 10 de Abril.

Quem pede melhores refeições prende-se.

Quem colabora nas manifestações fascistas e invade do aeroporto das Lajes anda à solta.

Mas isto não se passa só nos Açores. Em todo o País, a repressão militarista, contra os que querem justiça e verdade, é bem forte.

São frutos do «socialismo» de Mário Soares e da «Democracia» do P.P.D.

Cabe aos soldados e oficiais democratas desmascarar e isolar o fascismo nas Forças Armadas e juntarem a sua luta com a luta do povo explorado.

VÁLEGA-produtores de leite dizem como é

Válega é uma freguesia do concelho de Ovar com cerca de 7000 habitantes a maioria dos quais semiprotetários e pequenos agricultores, e que é a maior produtora de leite da Cooperativa Agrícola de Oliveira de Azeméis.

Os agricultores de quase todo o País, face ao aumento das rações, das forragens, dos adubos, das vacinas para o gado leiteiro e de outros produtos para a lavoura têm-se movimentado para a defesa dos seus interesses. De norte a Sul do País, a resposta a estas medidas antipopulares do Governo é de repúdio e condenação.

O Governo em vez de favorecer os que trabalham a terra tem vindo a fazer uma política para encher novamente os bolsos dos capitais e dos intermediários. Isto mesmo sentiram os agricultores de Válega que realizaram em 1 de Abril um plenário, que contou com a presença doutros agricultores do concelho de Ovar. Aí ficou bem claro que os explorados do campo estão com os explorados da cidade. Pois querem que o preço do leite suba no produtor e se mantenha o preço no consumidor. O Governo terá que o subsidiar e se não tem verba que a vá buscar aos industriais das fábricas de rações e ao intermediários especuladores que usufruem com o aumento das

rações fabulosos lucros!

Como forma de combater a exploração e ganharem a sua liberdade, os agricultores do Norte começam a tomar consciência que só organizados em pequenas cooperativas combaterão eficazmente os intermediários especuladores.

Do debate destas mesmas questões, resultou a seguinte moção aprovada que foi enviada ao Ministério da Agricultura e tornada pública:

«Lavradores do concelho de Ovar, reunidos em plenário no salão da Junta de Freguesia de Válega, ao terem conhecimento da posição do Governo face à proposta de aumento do leite para \$50, delibera:»

1 — Considerando que o aumento do leite proposto não acompanha o aumento das rações (25 por cento)

2 — Considerando que sendo o leite um bem essencial, o Governo devia protegê-lo quando do aumento das farinhas.

3 — Considerando que o Governo não pode justificar a sua atitude dizendo que vão ser as classes exploradas as prejudicadas pois que pode e deve sobrecarregar as empresas de rações cujos lucros aumentam assustadoramente.

4 — Considerando que o aumento das vacinas de bovinos leiteiros foi de 400 por cento,

passou de 25\$00 para 125\$00.

5 — Considerando que o aluguer dos contadores aumentou.

6 — Considerando que aumentaram os adubos.

EXIGEM:

Que o leite seja pago na base de 9\$50 ao produtor o que equivale a um aumento de 25 por cento. Este aumento corresponde ao aumento das farinhas.

Os produtores, caso estas reivindicações não sejam satisfeitas, assumirão junto da sua cooperativa as formas de luta que acharem necessárias.

O MES reconhece a justa luta dos produtores de leite e aponta a necessidade de lutar por um Governo que ataque o lucro desenfreado e sabotador das empresas de rações, dos intermediários parasitas e donas as empresas nacionalizadas do sector adubeiro ao serviço de quem trabalha a terra e não ao serviço da recuperação capitalista, como condição para os explorados do campo encontrarem a melhoria das condições de vida a que aspiram.

Alguns agricultores do Norte têm sido muitas vezes manipulados por forças como o C. D. S. e P. P. D. que procuram servir-se deles para atingir os

seus fins — colocarem-se ao serviço do imperialismo, dos industriais de rações e de todos os exploradores. O que eles não têm é que a maior parte das medidas contra os agricultores, operários e assalariados agrícolas vêm de responsáveis governamentais que os servem. Medidas como a lei do Arrendamento Rural, Crédito Agrícola de Emergência, etc., são agora revogadas pelo Governo com o apoio dos partidos de direita — PPD e CDS que mostram assim não defender os trabalhadores do campo e restantes trabalhadores, mas sim grandes agrários, e capitalistas. Igualmente a CAP, não acolhido estas medidas com contentamento pois é uma organização dos grandes agrários, embora finja defender os pequenos agricultores.

Mas os pequenos agricultores têm interesses diferentes dos senhores agrários. Por isso os pequenos agricultores como os do concelho de Ovar sabem que só organizados em cooperativas conseguem ter uma vida melhor. Por isso sabem que o Governo deve subsidiar o preço do leite no consumidor. Pois, caso contrário, os mais prejudicados são os trabalhadores da cidade que vão agravadas as suas condições de vida. Para os explorados do campo e da cidade a luta é a mesma!

Saudamos o Congresso de Avanguardia Operaia

Realizou-se em Milão, de 24 a 27 de Março, o V Congresso da Organização Comunista Avanguardia Operaia. Correspondendo ao convite endereçado ao nosso partido, deslocou-se a Milão o camarada Vitor Wengorovius, do Comité Central, que tomou a palavra em nome do MES, saudando

os Congressistas, num momento particularmente grave para a esquerda revolucionária italiana e europeia. Em artigo que publicaremos brevemente, serão analisados os resultados do Congresso desta organização, com quem temos mantido relações privilegiadas.

“A Palavra ao Povo” jornal do MES nos Açores

De novo na rua está o Jornal revolucionário «A Palavra ao Povo», órgão local dos núcleos dos Açores do MES. «A Palavra ao Povo» vai passar a ser publicado não por veicular grandes «análises» ou «grandes teses» mas porque há necessidade de um jornal que relate as lutas e anseio do nosso Povo, porque os órgãos da burguesia (jornais, Rádio e Televisão) só «venenam» a opinião pública com a desinformação.

«A Palavra do Povo» luta e lutará contra o separatismo que quer fazer dos Açores um Campo de Concentração para a Classe Trabalhadora. «A Palavra ao Povo» luta e lutará contra o Fascismo que o Governo Regional está a implantar nos Açores com a complicitância do Governo Central. «A Palavra ao Povo» luta e lutará pelo Socialismo ao serviço de todos os explorados e oprimidos do nosso país. PELO PODER DE QUEM TRABALHA

JÁ ANTES DO 25 DE ABRIL **Afirmção crescente de uma corrente sindical revolucionária**

A corrente sindical revolucionária encontra a sua raiz na luta dos trabalhadores portugueses pela melhoria das condições de trabalho e de vida e contra o regime colonial-fascista de Salazar e Caetano.

As condições que permitiram o aparecimento no seio do Movimento Operário e Popular de uma corrente revolucionária encontram-se fundamentalmente nas necessidades do próprio capitalismo em modernizar as formas de exploração sobre os trabalhadores e na possibilidade e necessidade por parte de largos sectores das massas trabalhadoras de uma resposta anti-capitalista a essa política que Caetano tentou pôr em marcha (a «abertura», a «liberalização»), mas que nem sequer chegava para satisfazer as exigências do grande capital financeiro e industrial que precisava de ir mais longe e tomar totalmente as rédeas do Poder a todos os níveis.

A integração total de Portugal no sistema imperialista (E. F. T. A., acordo com a C. E. E., subida em flecha dos investimentos estrangeiros), a derrota militar sofrida na guerra colonial e as enormes alterações no mercado do trabalho com a emigração em massa dos trabalhadores, não só dos campos, mas também da cidade, são factores que testemunham o crescente peso do grande capital financeiro e industrial, fruto de um processo de acelerada concentração e centralização do capital, na sociedade portuguesa ao longo da década de 1960.

1969 é um ano-chave na evolução da situação política em Portugal:

- Ano de «eleições»
- Ano de recender das lutas operárias e da publicação dos decretos «liberalizados» de Marcelo 49 058 sobre as eleições sindicais e 49 212 sobre a contratação colectiva.
- Ano de uma importante crise académica em que a luta dos estudantes dá um poderoso contributo à luta contra o regime fascista e a guerra colonial.

1969 é igualmente um ano-chave no surgimento de uma corrente política organizada em torno de uma linha revolucionária e anticapitalista, corrente que se articula com o avanço das massas trabalhadoras no terreno social e político.

No aproveitamento político das «eleições»-fantoche do ditador Marcelo, os revolucionários fazem sentir o seu peso e papel ao lado das forças democráticas tradicionais e com particular vigor na C. D. E. de Lisboa (em que é candidato entre outros o camarada Vitor Wengorjovius do Comité Central do M. E. S.).

Na direcção das lutas estudantis a hegemonia dos revolucionários é evidente e significativa da sua crescente importância.

Nas eleições sindicais que se travam os revolucionários conquistam importantes posições, no seguimento aliás de todo o trabalho junto das massas operárias a partir do aproveitamento político da «abertura» eleitoral.

Os referidos Decretos 49 058 e 49 212 tem como aspectos centrais o de permitirem, por um lado, uma maior possibilidade de eleição de direcções sindicais da confiança dos trabalhadores (deixa de vigorar o regime de homologação pelo ministro das Corporações, mas não deixam de existir inúmeras dificuldades para as candidaturas) e, por outro lado, uma dinamização da contratação colectiva (passava a ser obrigatória a resposta dos patrões às propostas sindicais e a existir um tribunal arbitral) que satisfizesse as necessidades da acumulação de capital no que diz respeito às relações de trabalho.

Todo este crescendo de lutas sociais e de afirmação do peso político dos revolucionários tem como efeito a apresentação de candidaturas a eleições sindicais e a conquista de algumas direcções sindicais. Duas forças se destacam no Movimento Sindical que se começa a formar a partir da luta nos sindicatos corporativos, uma força reformista e re-

forças democráticas e revolucionárias (casos, por exemplo, dos Motoristas de Lisboa e Panificação do Porto e Lisboa, Escritórios e Caixeiros de Santarém).

— O Dec. 447/72 que permite todas as arbitrariedades à intervenção do Governo nos sindicatos é logo aplicado no dia seguinte à sua publicação para destituir os corpos gerentes da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos e nomear um curador.

— O Dec. 196/72 que alarga para quatro anos a validade das cláusulas de um contrato e para dois as tabelas salariais e outras remunerações bem como proíbe a actualização automática de salários com a subida do custo de vida sai para impedir e contrariar algumas conquistas já alcançadas.

Na luta contra a repressão (prisão de vários dirigentes sindicais de que é exemplo o sindicalista bancário Daniel Cabrita, cargas policiais sobre trabalhadores em greve, proibição de reuniões, etc...) na luta contra os decretos do Governo de Caetano e na luta pelos contratos que foram os principais campos de acção do Movimento Sindical e que ocupam as ordens de trabalhos das várias reuniões intersindicais que se vão realizando, a corrente sindical revolucionária vai-se afirmando e ganhando organização e tradição com o amadurecimento político-organizativo da esquerda revolucionária.

A reconquista do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa no final de 1973 por uma lista com participação de sindicalistas revolucionários como Jerónimo Franco e Joaquim Bana e sindicalistas afectos ao P. C. P.

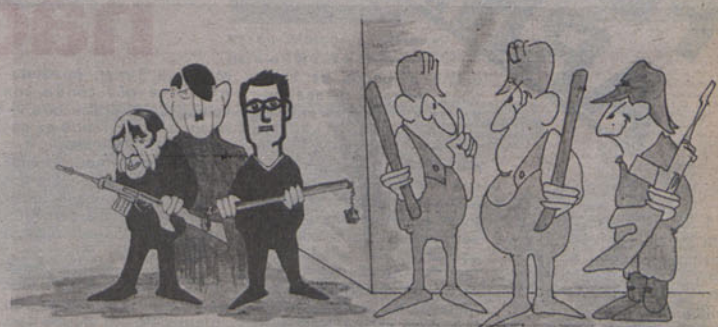
— As vitórias obtidas pelos trabalhadores dos Lanifícios nos Campos da organização (reuniões, convívios, delegados sindicais), da contratação (revisão de Novembro de 1973) e da luta contra o 196/72 conquistando em algumas empresas o aumento automático de 10,3 por cento da subida do custo de vida.

São alguns exemplos da continuada acção dos revolucionários no Movimento Sindical e da importância da corrente sindical revolucionária.

Dois questões vão atravessar o Movimento Sindical no final do Governo caetanista: a luta pelo salário mínimo e a questão dos delegados sindicais. Questões que continuam actuais e em que a corrente sindical revolucionária ganha pontos e uma maior definição política.

Na revisão do Contrato dos Lanifícios pela primeira vez é erguida a bandeira da luta por um salário mínimo pelos trabalhadores como questão central das suas reivindicações (3000 escudos no caso). É esta importante luta, continuada após o 25 de Abril com a reivindicação, imposta ao fim de vários dias de greve, de um aumento geral de salários de 1000 escudos, que impulsiona o Movimento Sindical para a luta por um salário mínimo nacional.

A questão dos delegados sindicais, despoletada por mais um projecto de decreto do Governo de Caetano para cortar as vassas à acção no seio dos sindicatos corporativos, vai dividir as forças presentes na Intersindical: o P. C. P. apresenta a proposta conciliatória e reformista de apresentar através dos dirigentes sindi-



cais que são procuradores à Câmara Corporativa um decreto alternativo, a corrente sindical revolucionária apresenta a única resposta de classe possível — não permitir ingerências no Governo naquilo que só às assembleias dos trabalhadores compete decidir e exigir a imediata revisão da Lei Geral do Trabalho (Dec.

49 408) no sentido de consagrar garantias legais à acção dos delegados (proibição do despedimento sem justa causa, 24 horas mensais de crédito, prestação de informações pelo patronato). O 25 de Abril fechou a disputa com o Governo de Caetano, mas não fechou a disputa entre revolucionários e reformistas: todo o período

que vivemos desde o 25 de Abril tem sido de afirmação crescente da corrente sindical revolucionária na luta por um Movimento Sindical Unitário, democrático e de classe, o único que baseado numa orientação anticapitalista e anti-imperialista pode servir os interesses históricos dos trabalhadores portugueses.

SINDICATO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Que verticalização?

Muito se tem falado neste país de verticalização. Parece a dado momento que, com o avanço do processo revolucionário, a verticalização sindical era um facto.

O então sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão, pequeno sindicato essencialmente de técnicos, não foi alheio a este avanço, contribuindo com a verticalização da Marconi (criticada por muitas forças, como por exemplo o ex-secretariado da Inter).

Iniciou-se então o alargamento a todo o sector, desde fabricantes até à Radiodifusão, passando pelos chamados serviços de exploração, da experiência da Marconi. Nas melhores fábricas deste ramo (como a Standard Elétrica e a Plessey onde laboram nos conjuntos mais de 6000 trabalhadores) a verticalização foi de início aceite, fazendo-se a

transfêrencia dos vários sindicatos para o das Telecomunicações.

O P.C.P., sentindo escarpar-lhe o controlo deste processo, começou a construir chamando-o de «movimento elitista» para dividir os trabalhadores e utilizando para isso a Inter e o sindicato dos Electricistas, acabando por abandonar a verticalização.

Entretanto, nos C.T.T., apesar de já existir um sindicato, o SNTCT (Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações) é criado outro, paralelo, essencialmente formado por técnicos, o SINTEL. Imediatamente este é contestado judicialmente pelos outros dois, recurso esse que se encontra adormecido nas gavetas dos tribunais, já que a existência de sindicatos paralelos interessa aos patrões e seu Governo.

O P.C.P. mais preocupado em defender os seus interesses particulares de partido do que os interesses dos trabalhadores, em vez de combater a existência de tais sindicatos e lutar pela integração do SINTEL no SNTCT, trata de tentar agregar aquele ao sindicato das Telecomunicações, onde detém a hegemonia.

Para os revolucionários, combater o cisonismo no movimento sindical não é uma palavra de ordem para encher os olhos de poeira aos trabalhadores ou qualquer coisa de secundário que se ponha a rebodear políticas partidárias conciliatórias. Ao longo dos vários anos de luta, a linha sindical revolucionária mostrou bem a todos os explorados e oprimidos como se combate o divisionismo e se preserva a unidade, dando o exemplo na verticalização, que foram dos primeiros a construir neste país.

CONSTRUÇÃO CIVIL DE TOMAR

As manobras do patronato

Dezasseite trabalhadores da construção civil, que trabalhavam na construção da nova fábrica do sr. Fernando Paulino, foram há alguns meses atrás colocados pelo patrão em obras de dois prédios ficando oito numa e nove noutra.

O sr. Paulino, patrão tristemente famoso em Tomar tomou esta atitude na mira de se escapar ao pagamento de reactivos, correspondentes a férias e ao 13.º mês, devidos aos trabalhadores. O novo patrão destes, amigo e colaborador do referido Paulino, apareceu-lhes com um contrato por seis meses para assinar, o que

estes trabalhadores ingenuamente fizeram sob a lembrança, por parte dos patrões, de que ficariam desempregados. Quando mais tarde foram ter com o seu antigo patrão para saber daquilo a que tinham direito, aqueles lhes responderam que fossem pedir ao Estado, que ele era agora o dono das suas fábricas.

Atitudes como estas por parte do patronato não são novas no nosso concheio. Andam os trabalhadores de patrão em patrão sem terem a garantia de emprego e ganhando muito menos que aquilo que está es-

tipulado. O que fez o sr. Paulino é o que fazem todos os exploradores quando são atingidos nos seus interesses de lucro e de exploração. Só vêm com falinhas mansas e fazem-se «amigos» dos trabalhadores para satisfazerem esses seus interesses e para tentarem dividir os trabalhadores e atacar os seus órgãos de classe. Camaradas da construção civil:

— Reforcemos com a nossa participação o Movimento Sindical e a sua Unidade.

— Abaixo a exploração capitalista.

FORÇAS ARMADAS

Os militares e o povo que fizeram o 25 de Abril não o deixarão morrer!

1. Os 19 meses de dura luta de classes vividos em Portugal a seguir ao 25 de Abril tiveram profundas repercussões na instituição militar em geral, e na vida nos quartéis em particular. A instituição militar moderna, baseada no exército de massas, é hoje diferente do que foi em eras anteriores quando se reduzia aos elementos duma classe — a nobreza aristocrática e algumas vezes a corpos mercenários. O estado moderno, centralizado, criou um aparelho militar «de massas» o serviço militar obrigatório para todos — e daí a ilusão de que o exército existe para defesa de todos — sintetizada na defesa do estado nacional, que é o dever máximo do militar: o dever patriótico. Nesta concepção imediatamente se

define a função da instituição militar: a defesa contra os inimigos exteriores, que ameaçam a simples existência da comunidade nacional ou pelo menos, a sua existência livre. Deste modo se escamoteiam os interesses de classe opostos que existem na sociedade civil, sendo o Estado a forma de organização do exercício da dominação de uma classe sobre outra classe. Para isso o Estado tenta desviar o uso da força com a obtenção do consenso popular para as acções que a classe dominante, por seu intermédio, pretende levar a cabo, deste modo se perpetuando a ordem social existente no interior das fronteiras dos estados nacionais. GUERRA COLONIAL O Governo colonial-fascista de Salazar e Caetano cedo perdeu a possibilidade de obter o consenso popular para uma grande acção que se propôs levar a cabo. Tendo definido como dogma que o Estado português se estendia do

Minho a Timor, imediatamente se pôs contra «os ventos da história» que vinham desintegrando os antigos impérios coloniais e criando um largo conjunto de novas nações. Era-lhe intrínseca a única solução que propôs para a revolta dos povos das colónias: a guerra colonial. 2. A II Guerra Mundial criou em Portugal as bases para uma acumulação não colonialista em alguns sectores da burguesia não monopolista com o alargamento do mercado interno, a exportação de matérias primas e alguns produtos manufacturados durante a guerra e a posterior integração na EFTA em 1959, sectores estes que deixaram de se sentir representados pelo Governo fosse ele salazarista ou caetanista. A base social de apoio ao regime restringiu-se drasticamente nos últimos tempos, pois a grande parte dos benefícios da exploração colonial eram apropriados pela burguesia colonialista. O mal-estar — a impossi-

bilidade de obter o consenso para a continuação da guerra — era generalizado e tornava-se impossível continuar a defender que uma opção representando interesses tão restritos continuasse a ser aceite como se fosse a opção de todos. MOVIMENTO DOS CAPITÃES Os militares estando no seio de tal contradição tornaram-se, pois, terreno fácil ao alastrar do descontentamento. Assim, reivindicações meramente corporativas que constituíram a origem do Movimento dos Capitães tornaram-se a breve trecho base política para a acção de derrubamento do regime. A pequena burguesia não dispunha de meios orgânicos («democráticos») para resolver a questão a seu favor. Por isso apoiou sem reservas o programa democrático e antimonopolista do M. F. A., depositando nele e nos seus partidos políticos — PS e PPD — todas as esperanças para a resolução das suas aspi-

rações ao poder. Daí a grande unidade do 1.º de Maio de 1974 da qual só praticamente estiveram afastados os elementos intimamente ligados ao regime acabado de derrubar. A DINAMICA DA LUTA DE CLASSES 3. Mas então o imprevisível aconteceu: a tremenda explosão da energia popular ultrapassou as manifestações pela libertação dos presos políticos e a caça aos pides. Espalhou-se às fábricas e empresas e na frente da guerra colonial impôs a substituição das hostilidades pela colaboração com os Movimentos de Libertação. O campo social começou a partir-se e os militares a serem postos perante a necessidade de opção clara pela 1.ª vez — caso Anjos e Marvão em Junho de 74 — dividiram-se. Quando estes dois milicianos se recusaram, respondendo ao sentimento generalizado dos soldados do seu quartel, a reprimir os trabalha-

dores dos CTT em luta, bom número de militares do Quadro Permanente deram um salto em frente na tomada de consciência do seu papel. As reivindicações democráticas dos soldados dentro dos quartéis exigindo serem ouvidos nas missões que lhes eram atribuídas tomaram uma enorme força. Tais reivindicações formalizaram-se na exigência de ver reconhecido o direito de livre reunião e de informação dentro dos quartéis, o que continuava a ser negado pela hierarquia (não esquecer que Spínola era o PR). Tendo os dois milicianos sido presos, a manifestação convocada para exigir a sua libertação, pela larga adesão que obteve junto das massas populares teve como efeito inculcar ainda mais fundo na massa de soldados a necessidade de ver reconhecidos esses direitos. O Movimento de Milicianos das Forças Armadas teve neste processo um lugar importante pela capacida-

de que demonstrou de unificar correntes diversas, de dar um sentido comum às reivindicações de soldados milicianos e pela influência que exerceu nos oficiais do Q. P. No entanto, estando minado por profundas contradições interligadas e na ausência de uma organização de soldados a qual recebesse o impulso não resistiu à luta ideológica e política que o atravessou, desfazendo-se a meio do Verão de 74. 4. Mas foi esta consciencialização adquirida na luta que fez com que os soldados pusessem todo o entusiasmo na resposta ao golpe spinolista do 28 de Setembro. Estava claro para todos que não podiam continuar a obedecer a uma hierarquia na qual os elementos contrarrevolucionários imperavam. (No Verão de 74 gerou-se um forte movimento de oficiais — os Huguiastas — apoiantes de um documento de Hugo dos Santos, actual comandante da R. M. Centro, que propunha a dissolução da Comissão Coordenadora do M. F. A. e que permaneceram na sua maioria nas Forças Armadas). Foi de igual modo decisivo o papel dos soldados e milicianos ligados aos oficiais mais progressistas do Q. P. no processo de descolonização. Primeiro na Guiné, onde o M. F. A. com uma forte componente de milicianos desde o princípio se impôs como força claramente anticolonialista, e depois em Moçambique e Angola, o projecto neocolonialista de Spínola teve a rejeição frontal por parte da tropa que nas colónias se recusou a continuar uma guerra perdida ou mesmo a tomar atitudes autoritárias, falsamente neutras, que dessem tempo à criação de movimentos fantoches manejados pelo imperialismo. Entretanto em Portugal outro grupo de oficiais impulsionou as Campanhas de Dinamização Cultural que Spínola impedia. 5. A reivindicação de liberdades democráticas transformou-se pois em realidade quando em 10 de Dezembro os soldados do Regimento de Engenharia 1 na Pontinha criaram a primeira Assembleia de Unidade. A esta seguiu-se a maioria das unidades militares do país. A FUSÃO DO MFA COM O MOVIMENTO POPULAR Daí em diante a burguesia deixava de poder contar com o seu exército para impôr pela força o que não conseguia impôr por consenso. As FFAA estavam



25 de Abril — a queda do regime caduco



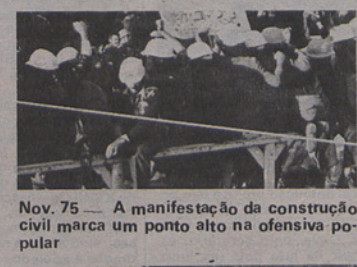
Os projectos neocolonialistas de Spínola foram derrotados



11 de Março — criam-se as condições para o ataque frontal ao capitalismo



O movimento dos soldados põe em questão o aparelho repressivo da burguesia



Nov. 75 — A manifestação da construção civil marca um ponto alto na ofensiva popular



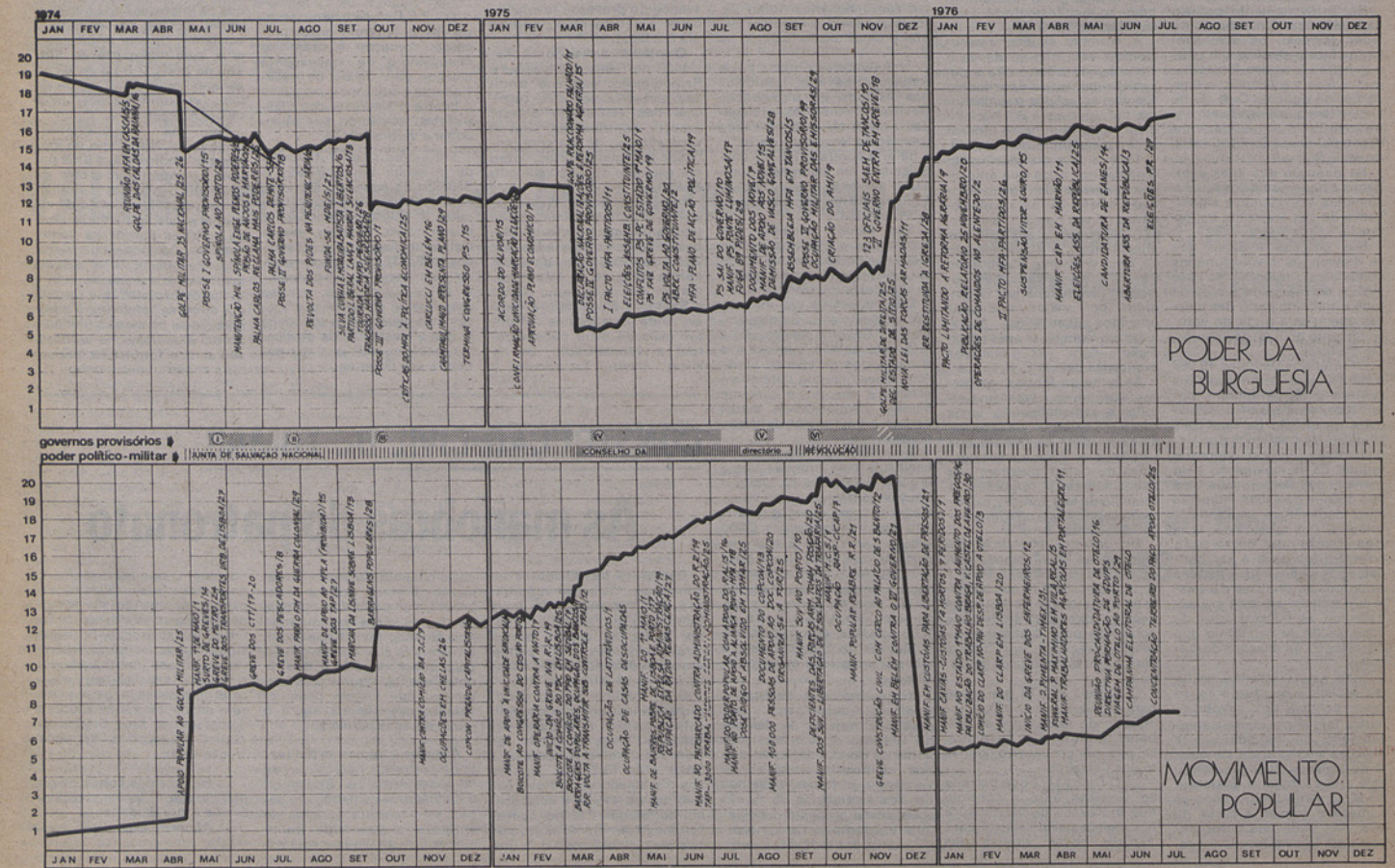
25 de Novembro — a direita, pela mão dos nove e do PS, vibra profunda derrota no movimento popular



A luta continua — a campanha de Otelo é disso prova evidente

RADIOGRAFIA DE UM PROCESSO

(do livro - Guia para o Processo, edições SLEMES)



partidas: de um lado os militares que estavam com o movimento popular; do outro os que se lhe opunham. O coroamento lógico foi o golpe desesperado de Spínola e C.ª em 11 de Março, a que os soldados responderam com nova vaga de saneamentos de oficiais spinolistas. A tomada dos meios de produção pelos trabalhadores (terras, fábricas e empresas) em suas mãos, juntamente com a ocupação de casas devolutas, passou a ser abertamente apoiada pelos soldados de várias unidades militares impulsionando a decisão do M. F. A. na noite de 11 de Março de avançar com as nacionalizações e a Reforma Agrária. Estavam criadas as bases das futuras Assembleias Populares: a fusão do MFA com o Movimento Popular. Era possível apontar para a destruição do exército burguês e para a construção do Exército Popular, ao serviço da construção do Poder Popular e do Socialismo. As estruturas burguesas das FFAA não foram definitivamente varridas mas foram bastante abaladas com a institucionalização do M. F. A. e a consequente criação de estruturas democráticas representativas do corpo militar: ADU's, GDU's, CDAPA, Assembleias dos Três Ramos e Assembleia Geral do M. F. A. Entretanto, os meios de comunicação social iam fugindo sucessivamente ao controle da burguesia que tinha grandes dificuldades em conseguir fazer-se ouvir (lembramos-nos dos casos República e Rádio Renascença). A posição hegemónica da burguesia está totalmente em crise pois

não controla convenientemente nem os meios que lhe permitem o uso da força — as FFAA — nem uma arma indispensável para a obtenção do consenso — os meios de comunicação social. E não os controla porque parte deles estão sob controlo popular parcial ou total. Este processo teve um ponto alto com a aprovação do Documento Guia da Aliança Povo-M. F. A. na AGMFA de 8 de Julho de 1975. Tal projecto a ser levado por diante significaria ruptura definitiva com as estruturas nas quais se baseava o poder antigo — o aparelho de estado burguês — e a entrada numa nova fase — de dualidade de poder — que só poderia desembocar na tomada do poder pela classe operária, soldados e marinheiros. 25 DE NOVEMBRO — O REPOR DA ORDEM BURGUESA 6. Mas tal projecto foi derrotado em 25 de Novembro de 1975 e com ele a classe operária os soldados e marinheiros. A burguesia teve capacidade para unificar os seus esforços e para isso utilizou todos os meios que nesta altura foram o «grupo dos Nove» e o Partido Socialista. E lançou-se numa campanha de terrorismo bombista e ideológico (assaltos, arruaças, bombas, calúnias, «greves» de ministros, boicotes e pressões internacionais de toda a ordem, etc.). Como sempre tem feito em outros locais e épocas históricas, a social-democracia mostrou a sua natureza burguesa prouficanando-se a servir de ponta de lança a todas as outras ca-

madas da burguesia que, na primeira oportunidade, a afasta colocando em seu lugar representantes que mais consequentemente assegure os seus interesses. São pontos altos da ofensiva burguesa a greve do VI Governo Provisório, a destruição terrorista da Rádio Renascença, etc. Ao longo de todo este processo os revolucionários foram incapazes de criar uma direcção consequente capaz de conduzir à vitória as forças populares. Pelo contrário, alimentaram-se muitas ilusões todas elas assentes na mesma incapacidade de formular profundamente a questão da direcção revolucionária para o processo deixando-a ora nas mãos dos reformistas pequeno-burgueses do MFA, ora na dos revisionistas do PCP.

7. A situação criada pelo 25 de Novembro tende a «repor a ordem», isto é, criar condições para o exercício «normal» da hegemonia no terreno clássico do regime parlamentar: as sucessivas eleições não visam mais do que isso. O Plano de Reestruturação das FFAA não visa mais do que isso. As FFAA portuguesas são agora (por definição) atribuídas funções mais amplas do que no período clássico das revoluções na Europa em que estas se resumiam à defesa da nação face a inimigos externos (embora na prática fossem muitas vezes usadas contra os inimigos da ordem interna burguesa: os proletários). As FFAA democráticas cumpre também a «defesa

intransigente da democracia» — Ramalho Eanes confidenciação que morria pela Constituição!... É esta nova concepção que permite a Ramalho Eanes verberar todo o período até ao 25 de Novembro como de «desaparecimento da operacionalidade da instituição militar devida à subversão da hierarquia e à violência da indisciplina...» pois que «...as Forças Armadas deixaram de ser a instituição suporte da defesa da Nação e das conquistas democráticas...». O general Loureiro dos Santos vem então definir as novas funções das FFAA: «...esgotados que sejam os meios de força à disposição do Governo para defender o estado democrático — as forças de segurança, agora capazes e prestigiadas — as Forças Armadas assumirão as suas responsabilidades e cumprirão o seu dever patriótico sem qualquer tipo de inibições porque estão a executar a vontade da maioria dos portugueses, obedecendo aos seus legítimos representantes...». Temos assim criado o quadro de encaminhamento para uma democracia burguesa típica servida por um exército «democrático».

8. Exército democrático? Como, é o próprio Ramalho Eanes que nos diz que «...A instituição militar rege-se desde sempre por conceitos simples diariamente vividos como sejam a hierarquia, a disciplina, a unidade. Desde sempre também o dever constitui o seu alicerce insubstituível e simultaneamente dinamizador...». Em conclusão, como diz Gramsci: «...Ao formar-se o dirigente é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade desta divisão desapareça? Isto é, parto-se da premissa da divisão perpétua do género humano, ou crê-se que ela é apenas um facto histórico correspondente a certas condições?...». Os actuais dirigentes militares portugueses não deixam dúvidas. E os revolucionários também não as têm.

Emancipação da mulher: passo para o socialismo

Aumenta o descontentamento popular perante os sucessivos ataques do patronato às conquistas alcançadas, por duras lutas de trabalhadores, após o 25 de Abril. Cresce e com toda a justificação o descontentamento e a revolta das mulheres, confrontadas no dia a dia com o contínuo agravamento das condições de vida das massas populares.

— Como dar de comer ao marido e aos filhos?

— Como esticar até ao fim do mês um salário que não chega?

— Como arranjar casa?

— Como conseguir trabalho para equilibrar o magro orçamento familiar, se há milhares de homens desempregados?

— Onde deixar os filhos? Como se defenderem, a elas próprias e aos filhos, da violência crescente e das redes criminosas que se aproveitam da miséria e do desespero do povo para desenvolverem o roubo, a prostituição, o uso da droga, que têm bons lucros proporcionam?

Estas algumas das interrogações angustiosas para que as mulheres esperam resposta.

Por isso, todas as forças políticas se dirigem agora às mulheres que, apesar de terem participado activamente em todas as lutas populares, não viram a sua situação substancialmente alterada pelo 25 de Abril.

CONTRA A POLÍTICA DA DIREITA

Os partidos da direita procuram, é claro, canalizar, em seu proveito o descontentamento crescente, não esquecendo o ensinamento do odioso chefe nazi Hitler: «Em política é preciso conquistar o apoio das mulheres, os homens seguirão por si».

Por isso, apareça por exemplo um Galvão de Melo — entre tantos outros — a exaltar o papel tradicional das mulheres na família, apelando para que, em defesa da paz e da tranquilidade dos seus, elas apoiem e levem os maridos e os filhos a apoiar a política do CDS, E, ao mesmo tempo, vão aproveitando para destilar calúnias contra todos aqueles que lutaram consequentemente para por termo à longa guerra colonial em que estivemos envolvidos, vão avançando que os aumentos de preços se devem às reivindicações exageradas dos trabalhadores, insinuando a necessidade de um regime autoritário que ponha coo a tais «abusos», espalham a insegurança e o medo...

Falsidades, mentiras, mas sempre pondo em relevo o papel da mulher na família e tentando aproveitar o amor pelos seus. Porquê?

A dedicação à família, apresentada como tarefa essencial das mulheres, não justificará que elas sejam lançados no desemprego? Não fará calar as reivindicações relativas a creches e outros equipamentos sociais? Não levará as mulheres a aceitarem, pelos seus, os maiores sacrifícios. Por elas travando, isoladas, a batalha pelo sustento quotidiano, em vez de procurarem organizar-se para a luta conjunta pela melhoria efectiva das condições de vida das massas populares?

Dividir para reinar, lançar trabalhadores contra trabalhadores, explorados contra outros explorados sempre foi um processo eficaz utilizado pela burguesia para manter o seu poder. E tirar partido dos problemas e condições de vida particulares de certas camadas da população, como os jovens, as mulheres, os velhos, para

os levar a assumir posições conservadoras tem historicamente provado dar resultado. O avanço do CDS/PPD entre os estudantes e também as frentes reaccionárias que repetidamente se ouvem, até da boca das mulheres pobres, nas lojas e nos mercados, nos transportes, coloca os partidos de esquerda na necessidade urgente de definir uma política que permita trazer, para o campo popular, as mulheres e os jovens explorados.

CONTRA O REFORMISMO E O ESQUERDISMO

Para desenvolver o trabalho político especialmente dirigido às mulheres, tanto o PCP como o PCP (R)/UDP criaram organizações de tipo frentista, ambas elas se proclamando amplamente unitárias: o MDP e a UMAR.

Competindo-lhes desenvolver, sob a direcção dos respectivos partidos, o trabalho de massas junto das mulheres, ambas essas organizações têm desencadeado acções de esclarecimento e campanhas de luta contra alguns problemas prementes, como o aumento do custo de vida. A sua actualização resente-se, porém, da oposição entre os partidos que as dirigem; assim, temos, por exemplo, uma reunião de moradores do Lavradio, na maioria mulheres pobres, promovida pela UMAR, interrompida sem razão válida por activistas do MDM, quando definia um projecto de luta contra o aumento injustificado das tarifas dos contadores de electricidade. Acontecimentos deste tipo, ainda por cima com facilidade ridicularizados pela direita reaccionária, são profundamente desmobilizadores e apenas prejudicam o desenvolvimento da luta unitária das mulheres exploradas para defesa dos seus interesses.

Por outro lado, as lutas desencadeadas ainda que justas, têm tido sobretudo um carácter reivindicativo, por reformas económicas e sociais que todavia não põem em causa as raízes da sobre exploração das mulheres. Essas lutas têm necessariamente um carácter limitado remetendo as mulheres exploradas unicamente para o papel de auxiliares secundárias da luta contra o capitalismo.

Aliás, a entrega a organizações paralelas femininas da luta pela resolução dos problemas é, afinal, um travão para essas lutas porque as mulheres se encontram desde logo, por educação, menos preparadas que os homens para a actividade social e política e de frontam-se com condições de vida que dificultam a superação desse atraso inicial. Prepetua-se assim a situação de inferioridade da mulher tendendo a deixar para mais tarde, para depois da Revolução Cultural, ou da conquista do poder pelos trabalhadores a sua plena integração na luta pelo socialismo.

POR UMA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

A definição de uma política revolucionária para a questão da mulher tem de ter em conta que a sobre exploração e a opressão assenta numa divisão de trabalho velha de muitos séculos, segundo a qual homens e mulheres têm funções diferentes em relação à família e, nessa base, direitos e deveres igualmente diferentes na vida social. Esta situação encontra-se de tal modo enraizada nos hábitos que a moral tradicional justifica que a todos aparece como natural e inevitável ou quando muito dizendo respeito à vida privada de cada um.



Por isso: Tal definição política não pode ser feita a partir do anúncio de vastos princípios teóricos. Deve, pelo contrário, assentar na luta pela resolução dos problemas concretos e imediatos que as mulheres mais sentem no seu quotidiano.

A partir da análise desses problemas e na procura de formas de luta para os resolver haverá que enquadrá-los na luta geral da classe operária e de todos os explorados.

Por exemplo a luta contra o custo de vida, questão que afinge directamente as donas de casa de todo o país: reivindicações, manifestos, abaixo-assinados ou mesmo manifestações só conseguirão impor a adopção de algumas (poucas) medidas tendentes a travar a subida galopante do custo de vida se essa luta não criardesde já condições de desenvolvimento e alastramento às fábricas, aos bairros e às escolas, através da integração das mulheres nas Comissões de Trabalhadores, Sindicatos, etc. Integrando-se assim a Mulher na luta global contra o imperialismo e o capitalismo, pela Independência Nacional e pelo Socialismo.

Para alcançar este objectivo político, será necessário um trabalho de agitação, propaganda e organização especialmente dirigido às mulheres exploradas, chamando-as para o campo popular, promovendo a sua participação a par do homem na luta revolucionária. Isso exigirá a determinação de tarefas específicas a ser desempenhadas pelas mulheres militantes do nosso Partido que também sentem na carne a sobre exploração e opressão da metade feminina do nosso povo e têm portanto interesse directo e imediato em pôr-lhe termo.

A sua actualização nunca poderá desembocar na criação de organizações paralelas, mas sim desenvolver-se em articulação constante e a todos os níveis com o trabalho global e partidário subordinando-se aos objectivos essenciais prosseguidos pelo proletariado. Assim, a luta contra a dominação da mulher, questão política essencial que se reflete em todos os aspectos da vida social, deve envolver todo o trabalho militante do Partido internamente, avançando-se para o enquadramento da mulher com os seus problemas específicos, na actividade partidária. A luta pela libertação da mulher deverá ser assumida como um dos objectivos de que dependerá o êxito da luta contra toda e qualquer forma de exploração e de opressão.

Esta é a única via para integrar a mulher na luta do proletariado contra o capitalismo e caminhar decididamente, aproveitando todos os conflitos gerados pelo sistema, para a construção da sociedade socialista.

ZAIRE

Agita-se um dos principais bastiões do imperialismo em África

No dia 8 de Março a Frente de Libertação Nacional do Congo anunciava que controlava várias cidades da província do Shaba, ex-Catanga. No dia 10, Mobutu envia 5 batalhões de elite das forças armadas zairenses para o Shaba que ou são dizimadas ou fogem e deserta.

Face a estes resultados e ao leste munho do acolhimento entusiástico feito pela população aos libertadores, Mobutu contra-ataca, agora a nível internacional: pela boca do «leopardo de Kinshasa» nasce «a invasão da província da Shaba por 5000 ex-gendarmes catangueses, vindos de Angola enquadados e apoiados materialmente por cubanos e russos».

Rapidamente chevem os apóios dos países ocidentais e inclusivamente da China, em que se destacam a ponte aérea Marrócos-Zaire, assegurada pela França, com transporte de 1500 homens e respectivo armamento, o apoio económico dos E.U.A. e do Sudão, os «conselheiros» militares da Bélgica, França, Egipto, etc.

Dois ataques provocatórios nos dias 15 e 16 de Março efectuados pela aviação zairense (também equipada pela França) contra Jimbe e Caianda duas cidades fronteiriças angolanas levaram a jovem República angolana a tomar posição contra «o desejo bem conhecido do Governo zairense de internacionalizar o conflito» e conseguir «ajudas militares para reprimir as populações em revolta contra o regime caduco» e a denunciar a tentativa de levar «o governo da R.P.A. a nele entrar para dar pretexto a novas agressões das forças racistas e imperialistas contra Angola».

QUEM SÃO OS COMBATENTES DE SHABA

Os actuais combatentes, na sua maioria bastante jovens, não são os ex-gendarmes catangueses: porque estes se encarregou Mobutu de exterminar. Os revoltosos estão reunidos na Frente de Libertação Nacional do Congo criada em 1968 que tem como princípios gerais «uma teoria revolucionária, uma disciplina político-militar, a ligação com as massas, a solidariedade militante com todos os povos opri-



midos em luta no mundo. (...) Apoiou os movimentos e povos que estão empenhados na luta de libertação nacional contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o imperialismo, e cujo objectivo, afirmado pelo seu dirigente general M'Bumba, é o de liquidar o regime de Mobutu e constituir um novo Governo de unidade nacional.

Assim os combatentes de Shaba nem são ex-gendarmes, nem mercenários antes fazem parte da F.L.N.C. o que é bastante mais perigoso para Mobutu.

Por outro lado, esta já não é a primeira acção armada contra o regime de Mobutu. De facto desde 1975 que as margens dos lagos Tanganhica e Kivu já não são seguras para as tropas de Mobutu e que existem combates no Norte do Zaire, nos arredores de Watsa. Assim as deserções militares, as recusas de combater os revoltosos e as derrotas sofridas pelo exército zairense, as manifestações de apoio aos revoltosos por parte das populações da província de Shaba e o cada vez maior número de voluntários que a estes adere m demonstram como está podre o regime do ditador Mobutu.

O COBRE E O COBALTO

Outra questão se levanta e que importa responder: se a

revolta na província de Shaba mais não é do que um novo desenvolvimento da luta popular contra o regime de Mobutu o que faz reagir tão rapidamente as potências ocidentais, ao ponto de se caminhar para uma internacionalização do conflito?

Por um lado é a importância económica da província de Shaba onde está concentrada a maior parte da riqueza mineira do Zaire e simultaneamente os maiores investimentos de capitais estrangeiros. Efectivamente o Zaire tem à sua conta 60 por cento do Cobalto mundial — minério necessário para a obtenção de aços especiais com alta resistência e que começa a rarear nos E.U.A. — é o maior exportador africano de Cobre e Diamantes industriais e produz 45 por cento do Zinco africano, 30 por cento do Estanho africano e 19 por cento da Prata africana.

Por outro lado a tomada do poder nesta zona por forças anti-imperialistas, conjugada com as recentes independências de Angola e Moçambique — não — provocar um equilíbrio de forças completamente diferentes em África, perfeitamente intolerável para os interesses do capital americano e europeu.

Por isso estas forças serão capazes de tudo para tentar impedi-lo.

SEMANA DE SOLIDARIEDADE COM O POVO BRASILEIRO

BRASIL AMNISTIA GERAL

COMITÉ PRO-AMNISTIA GERAL NO BRASIL

De 13 a 19 de Abril realizam-se um conjunto de sessões de apoio e divulgação da luta de resistência do povo brasileiro, promovidas pelo Comité Pró-Amnistia Geral no Brasil.

Dessas realizações destacamos:

- 5.º, 14, às 20h: Colóquio sobre a situação dos Camponeses no Brasil
- 6.º, às 20 h: Colóquio sobre a Igreja no Brasil
- sábado, 16, às 16 h, Colóquio sobre o Movimento Operário Brasileiro
- domingo, 17 a partir das 16h: Colóquio sobre Movimento Estudantil e Canto Popular (todas as sessões na Aula Magna da Universidade de Lisboa)
- 3.º, 19, às 21 h, COMÍCIO DE SOLIDARIEDADE NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

De 13 a 19 de Abril realizam-se um conjunto de sessões de apoio e divulgação da luta de resistência do povo brasileiro, promovidas pelo Comité Pró-Amnistia Geral no Brasil.

Dessas realizações destacamos:

- 5.º, 14, às 20h: Colóquio sobre a situação dos Camponeses no Brasil
- 6.º, às 20 h: Colóquio sobre a Igreja no Brasil
- sábado, 16, às 16 h, Colóquio sobre o Movimento Operário Brasileiro
- domingo, 17 a partir das 16h: Colóquio sobre Movimento Estudantil e Canto Popular (todas as sessões na Aula Magna da Universidade de Lisboa)
- 3.º, 19, às 21 h, COMÍCIO DE SOLIDARIEDADE NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Bairros pobres: unidade e luta

O falso Governo socialista, através do Ministério da Habitação e do Fundo de Fomento da Habitação, dentro da linha geral da sua política de fazer pagar pelo povo trabalhador o alto preço da recuperação capitalista, tem prosseguido e intensificado a sua campanha de boicotes à luta que os moradores pobres travam pela melhoria das suas condições de habitação.

Tais boicotes têm tido como aspectos mais importantes o aumento da burocracia nos processos de expropriação de terrenos, a retenção dos pedidos de empréstimo para o financiamento da construção, a redução das verbas a conceder pelas câmaras para pagamento das brigadas técnicas e a retrada dos técnicos (engenheiros e fiscais) que apoiavam as obras de construção.

A isto têm as Associações de Moradores respondido com grande esforço organizativo que torne possível a unidade na luta pela defesa dos moradores pobres contra a política antipovo do Governo.

Neste sentido é de destacar o Editorial do n.º 2 do «Jornal da Inter», boletim da Inter Associações de Moradores dos Arredores de Lisboa, em que se afirma:

Este número 2 do jornal da Inter aparece num momento em que há necessidade de definir qual é a questão central em torno da qual há que unir os nossos esforços:

Já é bastante evidente para a maioria das Associações que são as **Câmaras e mais ninguém** quem tem de agir, de acordo com os nossos interesses, e tomar medidas concretas.

É cada vez mais claro que se é às **Câmaras** que cabe a responsabilidade de fazer tomar aos outros organismos (FFH, Comissário, Ministério da Habitação) as decisões que façam avançar os processos.

Foi por esta razão que apareceu a organização das Asso-



A Constituição assegura a todos os cidadãos, uma habitação digna. De que serve?

Em Vila Franca a Câmara comprometeu-se a levar as operações até final, em Oeiras a Câmara aprovou um caderno reivindicativo das Associações, que exige contratos urgentes para as equipas, criação de um Gabinete de Apoio ao SAAL e compromisso de tomadas de posição concretas ao FFH.

Qual é então a questão central?

É a de compreendermos que só com a **unidade** pode haver luta, luta que neste momento tem por objectivo a construção dos novos bairros, e que está nas nossas mãos serem uma realidade.

NEM UNIDADE SEM LUTA, NEM LUTA SEM UNIDADE! VIVA A INTER-ASSOCIAÇÕES DOS ARREDORES!

cições por concelhos. **ESTA ORGANIZAÇÃO POR CONCELHOS APARECEU PORQUE AS ASSOCIAÇÕES COMPREENDERAM QUE EXIGIREM DAS CÂMARAS ERA, E É, A ÚNICA FORMA DE RESISTIR E DE AVANÇAR.**

Esta forma de lutar, se bem que ainda não muito forte e organizada, já deu alguns resultados: é nos concelhos em que, face às Câmaras, as Associações têm conseguido apresentar-se fortes e organizadas, exigindo não de uma forma individual **mas de forma colectiva**, é exactamente nestes concelhos que já foram tomadas medidas concretas para levar para a frente os processos — caso de Vila Franca e Oeiras.

Bairro 14 de Junho a luta continua!

Como noticiámos no último número do Poder Popular, vamos hoje falar da luta dos moradores do Bairro «14 de Junho», aos quais não ligam muitos laços de camaradagem militante.

OS PRIMEIROS PASSOS

Foi em Maio de 75 que se fizeram as primeiras reuniões dos moradores mais conscientes do bairro. Nesta fase, bastante participada, a tónica principal era saber como traçar um plano de organização e de luta que permitisse acabar de vez com as barracas, pois que em 25 de Abril e com a vitória no 11 de Março era necessário que os trabalhadores tomassem nas suas mãos a obra de destruição da exploração e miséria capitalistas.

Assim surgiu a jornada de 14 de Junho, em que o nosso partido participou, fazendo-se uma limpeza a todo o bairro na parte da manhã e à tarde, em plenário de moradores se discutiu e elegeu a respectiva Comissão. A larga participação da população do bairro constituiu a sua primeira grande vitória.

Desde essa data, unidos em torno da sua CM, passaram a ter um programa de acção imediato cujo objectivo central era a **construção de um novo bairro com casas decentes**, o que passava por:

- ligar-se à já formada Inter dos Bairros de Lata;
- exigir apoio às brigadas SAAL;
- melhorar as condições de vida no bairro, colocando contentores para o lixo, esgotos, um chafariz, abrindo arruamentos, etc.
- ligar-se às CTs e CMs da zona e ao Ralis.

Todos estes objectivos foram sendo cumpridos por meio de trabalho árduo mas colectivo, o que possibilitou que hoje já haja o terreno para a construção do novo bairro e que se tivesse constituído uma Cooperativa Económica de Habitação com todos os seus órgãos democraticamente eleitos e com a certeza de que com unidade e perseverança o novo bairro será edificado.

Por último há que referir a participação activa desta CM na Assembleia Popular dos Olivais. Ali desempenharam um papel de vanguarda na construção e defesa do Poder Popular. E nem o golpe reaccionário do 25 de Novembro conseguiu fazer demover os moradores deste bairro de alcançarem os objectivos propostos e engrandecer a luta dos explorados e oprimidos deste País.

QUE LIÇÕES TIRAR DESTA LUTA?

O ensinamento principal a tirar desta luta é que só com

um empenhamento muito grande se consegue preservar a unidade e a democracia no seio dos moradores e das suas estruturas representativas e ultrapassar os escolhos que se atravessam no caminho de quem luta contra o sistema capitalista.

Outro importante ensinamento a tirar é a necessidade da actuação conjunta com todas as outras CM's, através da Inter, para que o combate não seja isolado. Neste campo a CM do Bairro «14 de Junho» tem tido dificuldades de integração no trabalho da Inter, embora seja claro para todos os habitantes a necessidade de actuar conjuntamente com os moradores de todos os bairros pobres.

HOJE, A LUTA CONTINUA!

Neste momento a direcção da Cooperativa tem todos os esforços virados para a construção do bairro no terreno já cedido, pois desde o 25 de Novembro os entraves burocráticos e as tentativas de voltar atrás com o prometido por parte das entidades oficiais têm sido várias. Portanto, não arredar um passo face à construção do novo bairro é uma palavra de ordem justa.

Por outro lado, e dando continuidade às aulas de alfabetização em funcionamento, há que **alargar o trabalho cultural** especialmente virado para as crianças pois como dizia um morador «elas são a esperança na construção de um Portugal novo onde seja o povo a mandar».

As tarefas dos comunistas na vanguarda da luta pela Reforma Agrária

Nos campos, a organização dos revolucionários contra a recuperação capitalista passa pela defesa das cooperativas e herdades colectivas contra a concessão de regalias aos agrários (concessão de reservas) e outras medidas a que o Governo pomposamente chama de defesa da liberdade empresarial e que são, no fundo o ataque sistemático a toda e qualquer tentativa dos trabalhadores para demonstrarem que não precisam de patrões para nada.

A concessão de indemnizações aos agrários, o regresso dos agrários fascistas através da concessão de reservas levará à destruição da Reforma Agrária se os trabalhadores não se organizarem contra a escalada da recuperação capitalista.

A utilização da G. N. R. contra os trabalhadores e ameaça com sanções (por exemplo — corte de crédito) se as Cooperativas não aceitarem subsistentemente as medidas de recuperação capitalista, são as formas de que se reveste o autoritarismo burguês.

A ingerência imperialista, através da imposição da importação de produtos alimentares agrava a nossa dependência face ao capital estrangeiro e, por isso mesmo também se faz cada vez mais sentir com evidência, a importância da luta por um Governo de Independência Nacional.

O P. C. P., por seu lado, cumprindo fielmente o pacto que assinou com o P. S. e o P. P. D. e pelo qual foi «legalizada» a recuperação do poder dos grandes agrários, através da concessão indiscriminada de reservas, repetimos o PCP utilizando a influência que tem ainda junto dos trabalhadores nas zonas da Reforma Agrária,

tem actuado no sentido da desmobilização sistemática dos trabalhadores, quando estes decidem lutar para defender as suas conquistas, preferindo assim deslocar o centro das lutas para dentro dos gabinetes onde assinam acordos vergonhosos nas costas dos trabalhadores e com os seus piores inimigos.

Ao aconselhar os trabalhadores a permitirem desocupações e a entregarem reservas aos agrários com a promessa de avanço das expropriações, o PCP engana e desmobiliza os trabalhadores rurais empurrando-os para recuos sucessivos. Ao persistir na sua política de manter as unidades colectivas de produção controladas pelo sindicato, o PCP impede a organização democrática dos trabalhadores, levando ao enfraquecimento da sua capacidade de resistência à ofensiva burguesa.

Fartos da política de cedências e de controlo leirismo antidemocrático do PCP, muitos trabalhadores começaram a pretender retirar-se das unidades colectivas de produção e avançam na constituição de cooperativas agrícolas.

De forma oportunista o PS além das medidas tomadas contra a Reforma Agrária, estimula esta actividade dos trabalhadores através do MUC, para que as cooperativas agrícolas assumam um carácter capitalista.

Ao mesmo tempo, o Governo PS prepara-se para alterar a lei da Reforma Agrária, alargando ainda mais a área de reserva e conceder aos agrários e dificultando ainda mais a vida às cooperativas e unidades colectivas de produção.

Face a esta situação em que

o PS e o PCP tem vindo a exibir vergonhosamente às exigências da direita cabe aos verdadeiros Comunistas e revolucionários apontar os objectivos táticos na luta pela defesa e avanço da Reforma Agrária e assumir consequentemente a direcção do processo onde quer que as condições organizativas locais o permitirem.

Assim, a **mobilização e organização das massas para a luta** deverá ser feita em torno dos seguintes objectivos:

1.º LUTAR PELO AVANÇO DAS EXPROPRIAÇÕES E CONTRA AS DESOCUPAÇÕES E RESERVAS A FAVOR DOS AGRÁRIOS. DENUNCIAR OS QUES FEITOS À REF. AGRÁRIA

Quando ainda faltam cerca de 500 mil hectares por expropriar não se pode permitir a atribuição das reservas e indemnizações aos agrários. Neste sentido, deverão ser propagandeados ao nível de massas os casos já ocorridos e que têm contribuído para agravar as situações de desemprego nas zonas rurais. Isto deverá ser feito através dos mais diversos meios ao nosso alcance e mesmo ensaiando outros que resultem da imaginação criadora (convém utilizar se possível, a imprensa regional, sessões culturais, comunicados, etc.).

Torna-se necessário também combater todas as desocupações feitas a favor dos agrários e contra os interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores.

Deve dedicar-se especial atenção às organizações dos trabalhadores rurais desempregados, procurar fazer reuniões e constituir comissões de desempregados que devem pres-

sionar a CRRAS e o Governo e avançar com as expropriações e a entregar-lhes as terras de forma a terem emprego garantido nas cooperativas que formem.

Os trabalhadores mais avançados devem estar prontos para essas reuniões apresentarem um programa com acções e reivindicações concretas.

2.º LUTAR PARA QUE O ESTADO DE APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO ÀS COOPERATIVAS E UNIDADES COLECTIVAS DE PRODUÇÃO:

Devem ser impulsados a nível do MUP, mesmo com âmbito mais alargado, a realização de encontros de trabalhadores agrícolas que visem inventariar as principais dificuldades das cooperativas e reivindicar ao Governo as respectivas formas de apoio.

3.º LUTAR PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL

A concretização deste objectivo imediato de luta passa por:

- mobilizar as massas para a elaboração de cadernos reivindicativos sobre as condições sanitárias, assistência médica, transportes, que existem em cada aldeia e deste modo pressionar os próprios órgãos da administração local.
- desenvolver esforços no sentido de constituir cooperativas de consumo a nível de freguesia ou de aldeia, combatendo tanto quanto possível a especulação de preços.
- tomar a iniciativa no campo da cultura, solicitando a presença de grupos de teatro e requisitando filmes que permitam difundir a cultura popular.
- fiscalizar todas as actividades realizadas pelas juntas de freguesia, exigindo sempre a aplicação das verbas em obras que sirvam os interesses do povo.

4.º LUTAR PARA QUE OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS SE TORNEM VERDADEIROS ÓRGÃOS DE LUTA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

Trata-se de organizar a intervenção no terreno da luta sindical criando as condições necessárias para erguer uma alternativa revolucionária à linha sindical revisionista.

Onde quer que haja camadas de trabalhadores rurais, mais conscientes e lutadores deve ser proposta a sua eleição para delegados sindicais.

5.º LUTAR PELA DEMOCRACIA NAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS LIGADAS ENTRE SI POR UNIDADES DE COOPERATIVAS

O funcionamento democrático de cada cooperativa e a

existência de uniões de cooperativas é o único processo de permitir:

— A resposta firme e solidária de todos os trabalhadores aos ataques à Reforma Agrária;

— Ajuda mútua (troca de serviços, utilização conjunta de máquinas, instalação de equipamentos) que impeça que umas Cooperativas tenham dificuldades e outras vivam desafogadamente;

— O escoamento das produções e a compra de produtos necessários à agricultura, em iguais condições para as diversas Cooperativas.

ASSINATURA

Poder Popular MES

Jornal Quinzenal
— Sai às 5.ªs feiras
Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração Redacção
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa
Telefone 66 26 29
Composição e Impressão
Renascença Gráfica SAREL
Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

6 meses 70\$00 12 meses 130\$00
apoio 250\$00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

A CRISE ECONÓMICA DO CAPITALISMO PORTUGUÊS (I)

O 25 de Abril não colheu a burguesia de surpresa. Os sectores mais avançados dos capitalistas, ligados à Banca e aos grandes grupos económicos, desde há anos que vinham murmurando que «isto assim não ia bem, era preciso alguma mudança para que o essencial ficasse na mesma e a exploração do povo continuasse»...

Quando o 25 de Abril se dá e a primeira Junta de Salvação Nacional se forma, tudo parece ir bem para os que assim pensavam. Não presidia à Junta o íntimo de Champalimaud — Spínola — de lealdade comprovada ao capitalismo e ao imperialismo? Pouco interessava a acção dos capitães sinceramente antifascistas... tinham cumprido o seu papel fazendo o golpe militar que os generais não tinham ousado. Que voltassem aos quartéis! Os políticos burgueses, os generais e os banqueiros saberiam agora orientar «democraticamente» os destinos da nação portuguesa, tão bem como no passado e os orientavam à maneira do fascismo. E, entretanto, toca de procurar uma saída airosa para a guerra (perda) de África.

PRIMEIRAS MEDIDAS ECONÓMICAS

A situação criada pelo derrubamento do regime colonial-fascista, a natureza popular que rapidamente assumiu, forçou a um acordo entre as forças burguesas e reformistas que ganhou expressão pública no I Governo Provisório.

Este acordo traduziu-se na tomada de algumas medidas populares — congelamento transitório dos preços dos bens e serviços e rendas de casa ao nível de 24 de Abril; fixação do primeiro salário mínimo nacional de 3300\$00; subida das pensões de reforma e abonos de família, etc.

O essencial destas medidas era permitir ganhar tempo. Apelar ao entendimento entre o capital e o trabalho para, entretanto tanto, se írem elaborando os planos que permitissem «o apoio creditício às actividades produtivas com interesse para o desenvolvimento económico do País» do Programa do IGP. E, entretanto, Spínola ia tentando arrastar, em conjunto com os chefes imperialistas, uma solução neocolonialista.

A PALAVRA AOS BANQUEIROS

Em finais de Julho de 74 circulava já um documento subscrito pelos principais banqueiros portugueses — Espírito Santo, Jorge de Brito e CIA.

Sob o pretexto de resposta aos ataques «irresponsáveis» de que a Banca é alvo, tal documento reivindicava basicamente maior liberdade de acção para a Banca privada e procura prevenir-se de qualquer tentativa de intromissão estatal no sistema bancário nacional. Quis os seus argumentos? A «estabilidade» para a fuga dos capitais que vem deixando os bancos sem meios para expandir o crédito, aliada à inversão do saldo da balança de pagamentos (menos 8 milhões de

contos só no primeiro semestre de 74) pois os emigrantes retiraram generalizadamente as suas poupanças, mercê da campanha de propaganda que as agências dos bancos portugueses vinham promovendo no estrangeiro.

Na realidade, o que se passa? É a classe que se apregoa do mais feroz dos «patriotismos» que busca por a salvo no estrangeiro os capitais líquidos de que dispõe, ameaçando o esmorecimento económico do País, sobre o qual pensam vir, no futuro, a precipitar-se como «salvadores».

É a classe que se quer fazer passar como criadora da riqueza que lança no desemprego largos milhares de trabalhadores. É que a criação de desemprego é um mecanismo de defesa do sistema, pois faz diminuir a combatividade dos trabalhadores, transfere para estes parte dos encargos com aumentos salariais dos que conservam emprego e efectua autêntica «operação cirúrgica» de reestruturação de numerosos sectores económicos.

É, afinal de contas, a burguesia que luta por uma saída favorável para a crise aberta pelo fim do império colonial e promove acções de sabotagem que ampliam a própria crise capitalista, procurando dividir e desorientar os que se lhe podem opor — os trabalhadores.

«DINAMIZAR A EMPRESA» PARA REFORÇAR OS MONOPÓLIOS

Projecto mais claro do que deseja o grande capital é o promovido desde cedo pelo Movimento Dinamizador Empresa/Sociedade (MDE/S) que inclui os mais destacados financiadores portugueses (Mellos, família Champalimaud, Espírito Santo, etc.).

A concepção geral que o MDE/S propugna «apoiar-se num modelo de exercício controlado da liberdade de iniciativa complementado por acções governamentais, característico das fases mais evoluídas da organização capitalista» (Projecto MDE/S, Agosto de 74).

Isto é, reserva-se ao Estado um papel relevante no financiamento dos grupos económicos monopolistas e no disciplinamento da reivindicação operária. Porque «a participação de todos os trabalhadores na vida da empresa exige que a informação completa correspondente uma crítica permanente, transformando as tensões numa condição de progresso».

A luta de classes não é já uma aberração para o grande capital, ao contrário do que sempre o fascismo dissera; tem é de ser disciplinada e controlada para se manter nos limites de factor de progresso tecnológico, impedindo a subversão do sistema. Mas os projectos concretos do MDE/S são pouco elaborados: 1/3 dos investimentos que propõem seriam canalizados para o turismo, e o total dos investimentos de 120 milhões de contos proviriam do Estado (isto é dos trabalhadores), das poupanças da pequena e média burguesia,

através da Bolsa que pretendem reaberta, e das poupanças dos emigrantes... Simples e barato.

O PROGRAMA DE POLÍTICA ECONÓMICO-SOCIAL

As aspirações que os grupos económicos vinham assim manifestando acabaram por ser em grande parte retomadas pelo chamado Programa de Política Económico-Social de Melo Antunes. Mas combinadas agora com ilusões típicas da democracia pequeno-burguesa de controlo da finança e dos monopólios através do Estado democrático. Como dissemos na nossa crítica a esse plano, ele não expressava mais do que a opção que melhor servia os interesses da burguesia dominante, caracterizando-se: «No aspecto político, pela implantação de um regime autoritário de fachada democrática (...); no aspecto económico (...) pela conversão da economia portuguesa feita à custa dos trabalhadores, articulada com outros fenómenos fundamentais, por um lado, uma aceleração da concentração do capital e do poder económico nas mãos dos grupos financeiros e do Estado (Estado igual a novo grupo económico) e, simultaneamente, por um aumento da dependência externa» (MES — Intervenção Política III, p.p. 25-26)

O POVO É QUEM MAIS ORDENA

O formidável surto de lutas reivindicativas das massas trabalhadoras é que constitui a mais importante alavanca na transformação da economia nacional.

De facto, já o salário mínimo nacional fora fixado debaixo da pressão da greve e luta nacionais dos trabalhadores têxteis, que se desenrolou no primeiro mês e meio após a queda do fascismo. Não abandonaram os trabalhadores rurais nem as empregadas domésticas. Mas no Alentejo e Ribatejo os salários elevam-se, não obstante, de 80-100\$00 para 180-200\$00, para os homens, e as mulheres atingem o salário inedito de 130-140\$00. O patronato recorre ao desemprego, mas no Alentejo os trabalhadores impõem logo no Verão de 74 a distribuição da força de trabalho desempregada pelas propriedades do patronato saboteador e às suas expensas. Os sindicatos asseguram directamente o cumprimento desta medida. As manobras de fecho das empresas, fuga de capitais e despedimentos colectivos responde-se, em todo o País, com o prosseguimento da produção sob controlo e direcção dos trabalhadores, esborçamento dos sabotadores. A autogestão e o desenvolvimento do cooperativismo têm, ao menos, a natureza de uma resposta exemplar à pergunta «Quem pode relançar a economia portuguesa e em que sentido?» Mais tarde, a escassez e miséria habitacional começará também a ter a resposta adequada através do enorme movimento das ocupações.



As principais conquistas foram alcançadas sob o impulso de um poderoso movimento de massas



Tal como define então o Programa Político aprovado no I Congresso do MES: «Num período de recessão da economia capitalista a nível mundial e de crise acentuada da economia capitalista portuguesa, uma mera luta de resistência por parte dos trabalhadores levará a que sejam estes a suportar os custos dessa crise, permitindo à burguesia (sobretudo ao capital financeiro) sair sem sacrifícios fundamentais das dificuldades que enfrenta.

Num período como este, impõe-se que se desenvolva uma luta ofensiva que (...): a) Partindo da demonstração do absurdo da existência de dezenas (em breve centenas) de milhares de desempregados, ao mesmo tempo que o nível de satisfação das necessidades fundamentais é extremamente baixo, impor a satisfação dessas necessidades (...)

em termos de por termo ao desemprego e retirar do controlo directo da burguesia a maior massa possível de força de trabalho; b) Partindo da elevação do custo de vida e do agravamento constante das condições gerais de vida (...) caminha para a imposição de alterações estruturais importantes que limitem à margem de manobra da burguesia, e obriguem esta a pagar a sua própria crise, como seja, a nacionalização do solo urbano e da construção civil, a nacionalização da Banca, o controlo do comércio externo e do comércio interno dos produtos essenciais (...).» (Programa do MES, Dezembro de 74, pp. 57 e 58).

Sabemos que foi este o caminho seguido pela crescente força e determinação do movimento popular de massas, em aliança com os sectores revolucionários do MFA. Do 11 de Março em diante, as medidas tomadas liquidaram as veleidades utópicas do Programa Económico de Melo Antunes... Grandes e profundas alterações na economia portuguesa foram levadas a cabo ao longo de todo o ano de 1975.

Foi vibrado golpe profundo na dominação da burguesia financeira. No conjunto do sector da economia onde se faz sentir directamente a inter-

venção do Estado (sector público, empresas nacionalizadas, empresas sob intervenção estatal e empresas com participação do Estado no capital) produz-se hoje 28 por cento do total do valor criado na economia portuguesa, emprega-se 22,5 por cento da população activa trabalhadora e são absorvidos 52 por cento do total dos investimentos no País. Nas mãos do Estado está o centro nervoso da economia capitalista — a Banca — e os sectores básicos da produção.

Milhares de hectares de latifúndios no Alentejo e Ribatejo passaram para a mão de cooperativas e unidades colectivas de produção.

Mas a produção industrial decresceu, no ano de 75, 10 a 12 por cento, fundamentalmente nos sectores das metalúrgicas de base, têxteis, construção de máquinas e outras transformadoras (na ordem dos 20 e tal por cento). Na origem deste decréscimo estão a sabotagem do patronato, o boicote imperialista às exportações e as manobras das multinacionais em busca do lucro fácil.

Toda a estrutura do comércio interno e externo permaneceu intocada. O funcionamento das instituições de crédito nacionalizadas não sofreu reconversão mínima. O nível dos salários cresteu 16,8 por cento, em 75, mas o desemprego atingiu o meio milhão de trabalhadores e os preços subiram 18,7 por cento, no mesmo período.

As reservas em divisas esgotaram-se, o ouro começou a ser empenhado para garantir empréstimos externos (mais de 1/3, ainda em 75, das reservas nacionais) e o saldo negativo da balança de pagamentos atingiu as duas dezenas de milhões de contos.

AS LEIS DO CAPITALISMO NÃO DEIXARAM DE REGER!

Ao contrário do que pretendem as teses revisionistas do VIII Congresso do PCP, as transformações na economia portuguesa não criaram qualquer «sector não capitalista». A estatização operada não significou que as leis fundamen-

tais do capitalismo tenham deixado de reger o sistema económico português.

A produção, tanto no sector público como no privado, não deixou de estar orientada para a valorização dos capitais investidos, através da criação e realização de mais-valia. De resto, nos cálculos da formação dos preços, na produção do sector público, entra uma parcela correspondente ao «custo do capital», isto é, as empresas estatais apropriam-se de uma parcela da mais-valia social. Consequentemente, são as leis da concorrência capitalista que vão orientar a evolução do sistema económico, nomeadamente as relações entre sector público e privado.

Estamos, pois, bem longe da situação descrita por Álvaro Cunhal no «Relatório ao VIII Congresso»: «A economia portuguesa no seu conjunto, se considerarmos apenas a situação económica objectiva e não a natureza de classe do poder político (...), encontra-se num estado intermédio e transitório entre uma economia capitalista e uma economia socialista» (p.277).

Nem tão pouco a recuperação capitalista depende estritamente da devolução dos meios de produção nacionalizados aos antigos donos. O Estado é doravante um «grupo económico» poderoso controlado pelas forças burguesas e orientado para o relançamento das bases da acumulação capitalista em Portugal. Só a «força» da abstracção de A. Cunhal em relação «à natureza de classe do poder político» permite dizer o contrário...

As transformações profundas na economia portuguesa não liquidaram as relações de produção capitalistas na nossa sociedade, abriram sim uma crise de dominação de classe da burguesia que ofereceu perspectivas revolucionárias larguíssimas. Mas a inversão do sentido do processo político, a partir de 25 de Novembro de 75, veio permitir a recuperação capitalista das transformações económicas, e abrir a porta à restauração do poder dos antigos grupos económicos, em novos moldes.